

REVISTA PORTUGUESA de HISTÓRIA

tomo XXXIII

Portugal e Brasil
Rotas de Culturas
Volume I



COIMBRA 1999

FACULDADE de LETRAS
da UNIVERSIDADE de COIMBRA
INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL

Matriz Cientificista e Interpretação Histórica: a História do Brasil em Capistrano de Abreu

ARNO WEHLING*

Universidade do Rio de Janeiro e Universidade Gama Filho

A historiografia brasileira, em sua vertente auto-proclamada científica, começa com o historicismo e tem como obra emblemática, em sua primeira inflexão, a *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro (1816-1878). Os trabalhos dos cronistas coloniais obedecem a outra ordem de preocupações e interesses e acompanham as características européias deste tipo de produção entre os séculos XVI e XVIII.

O historicismo romântico-erudito, representado maximamente por Varnhagen, cumpriu não apenas um projeto científico, o de dotar o país de uma obra que desse conta da evolução do país, mas também que justificasse a construção de um novo estado e de uma nova nação. Com

* Professor Titular de Teoria e Metodologia da História.
Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Arno Wehling

tais características, valorizou conseqüentemente os aspectos político-administrativos, não se eximindo das estratégias da memória, ao construir uma galeria de pró-homens da nacionalidade e ao analisar o processo histórico do país de um ponto de vista estatista e monarquista¹.

O clima intelectual e cultural do Brasil nesse momento era predominantemente romântico em estética e eclético em filosofia, além de historicista.

A geração seguinte reagiu contra esses supostos. Continuou historicista, mas deu às suas concepções um matiz cientificista que não se encontra no momento anterior. Em lugar do político, preocupou-a o social, sobretudo na sua vertente étnica. Epistemologicamente, substituiu o viés hermenêutico pelo determinismo das leis sociais. Ideologicamente, resolvido que fora o problema da construção do estado, voltou-se para o tema da constituição do povo brasileiro.

A partir de 1868, na periodização de um membro desta geração, Silvio Romero, o novo clima intelectual e cultural passava a balizar-se pelo realismo literário e pelo evolucionismo ou pelo positivismo, em filosofia.

A essa geração pertenceu João Capistrano de Abreu (1853-1927). Seus primeiros trabalhos, de 1871 até meados da década seguinte, foram de caráter fortemente cientificista. Preocupava-o, de modo principal, a busca de leis que explicassem a formação da sociedade brasileira e o modo de, pela investigação, encontrá-las.

Numa segunda fase de sua vida intelectual, Capistrano de Abreu abandonaria as premissas cientificistas. Sem perder o interesse pela formação social, concentrou-se na pesquisa documental, abrindo mão de encontrar as “leis basilares” de história do Brasil, tema que o entusiasmara na juventude.¹¹

¹ Arno Wehling, *Estado, história e memória - Varnhagen e a construção da identidade nacional*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999, p. 45 ss.

Foi o ponto culminante de sua vida intelectual. Entretanto, neste estudo, analisaremos a obra do “jovem Capistrano”, procurando identificar as explicações que, à luz das premissas científicistas, encontrou para a evolução histórica do Brasil entre os séculos XVI e XIX.

A interpretação da história brasileira na fase científicista de Capistrano de Abreu significou profunda revisão na matriz vamnageniana até então dominante. Embora o próprio autor tenha, em sua obra posterior, abandonado várias das teses que esposara no entusiasmo pela concepções de Comte, Spencer, Bernard, Taine ou Buckle, suas conclusões foram não só a aplicação de nova matriz teórica à interpretação do Brasil, como podem ser reconhecidas em futuras propostas revisionistas até, pelo menos, a década de 1930.

Consideramos a concepção básica em relação à História do Brasil, e as interpretações que o autor, esparsamente, ou em trabalhos específicos, deu para o desenvolvimento histórico do país, o “caráter nacional brasileiro”, a sociedade, o estado, a literatura, a colonização no século XVI, a independência e as causas do atraso brasileiro.

Procuraremos, assim, identificar quais os novos aspectos da história do Brasil revelados pela matriz científicista e que preocupações e interesses apresenta.

1. A Base da interpretação

Capistrano, à luz da sua formação científicista nestes primeiros anos de vida intelectual, identificou duas Histórias paralelas: uma, na evolução da estrutura social, profunda, que dizia respeito à tessitura do povo; outra, a evolução política, andando ao mesmo ritmo ou em ritmo mais rápido do que a primeira².

² João Capistrano de Abreu, *A literatura brasileira contemporânea*, in *Ensaios e Estudos* (1.ª série), Rio de Janeiro, 1975, pp. 47-48.

Tal concepção não difere muito das várias posições tomadas pelos autores cientificistas a respeito da História.

Comte referia-se à persistência de sistemas sociais do estágio “metafísico” e do “teológico” em plena época “científica” ou “positiva”.

Marx estabeleceu uma infraestrutura económica em freqüente tensão com a superestrutura política e ideológica, gerando “alienação” e contradições no processo histórico.

Tylor e os antropólogos evolucionistas estabeleceram, à mesma época, a superposição de povos em graus diferentes da escala social por eles estabelecida³. Essas leituras, características do clima cientificista eram correntes no Brasil à época da juventude de Capistrano de Abreu, à exceção de Marx e Engels. Ademais, muitos divulgadores destas posições eram lidos amplamente pela nova geração, que possuía expressões como Euclides da Cunha, Silvio Romero, Rui Barbosa e Tobias Barreto. Nem sempre com a percepção clara do valor intrínseco dos autores, não distinguindo bem entre “maîtres à penser” e seguidores a acríticos, de qualquer modo estes jovens - em 1880 andavam no final dos 20 e início dos 30 anos - consideravam-se realistas em estética, positivistas ou evolucionistas em filosofia e vagamente republicanos na forma de governo. Contrapunham-se, assim, ao romantismo, ao ecletismo e ao monarquismo da geração que consolidou o modelo político e social vigente.

Sua visão da história do Brasil teria necessariamente de considerar superficial e insatisfatória uma historiografia quase exclusivamente política, elaborada nos cânones do historicismo de Vamhagen. Sem negar suas contribuições, passaram a considerá-la mero epifenómeno de forças profundas, que efetivamente moveriam o cenário histórico.

³ Karl R. Popper, *La miseria del historicismo*, Madrid, Alianza, 1975, p. 69 segs. (crítica); Arno Wehling, *Os níveis da objetividade histórica*, Rio de Janeiro, APHA, 1974, pp. 10-11.

Nesse ambiente, Capistrano de Abreu propôs aplicar o modelo ao Brasil, denominando o “processo político” de Buckle e Comte de processo “funcional” e o “processo social” daqueles autores como processo “orgânico”⁴, num casamento doutrinariamente heterodoxo de spencerismo com positivismo.

Estabeleceu, de antemão, uma interação na qual o social (ou orgânico) determinava o político (ou funcional), podendo também o primeiro ser influenciado (mas jamais determinado) pelo segundo⁵.

2. Desenvolvimento histórico do Brasil

Numa crítica à periodização da *História do Brasil* de Varnhagen, feita em 1882, Capistrano de Abreu sugeriu uma nova divisão, considerando as características específicas de cada época e as descontinuidades existentes⁶. Encontrou seis fases até o século XIX:

a. 1500-1614. Predominantemente litorânea, devido à reação indígena e à ameaça francesa.

b. 1614-1700. Povoamento do litoral de Belém a Laguna e penetração pelos rios (Amazonas, Tietê, Paraíba, São Francisco).

c. 1700-1750. Predomínio da mineração, devassamento do interior, abandono da agricultura, grande importação de escravos, irrupção “para não mais se extinguir, das rivalidades de raça”⁷.

d. 1750-1808. Consolidação do sistema colonial (sic), anulação das municipalidades, interrupção da indústria, declínio das minas, expulsão dos jesuítas, rivalidades entre colonos e reinóis.

⁴ J. Capistrano de Abreu, *ob. cit.*, p. 50.

⁵ *Ibidem*.

⁶ *Idem*, *Sobre o Visconde de Porto Seguro*, in *Ensaios e Estudos* (1.^a série), p. 140.

⁷ *Idem*, p. 141.

e. 1808-1850. Decomposição do sistema colonial, abertura dos portos, independência, códigos regenciais, debelação do separatismo.

f. 1850-1882. “período centralizador, imperialista ou industrial”, fim do tráfico e agonia da escravidão, comunicação a vapor com a Europa⁸.

Ao lado da descrição “formal” do desenvolvimento histórico brasileiro através de periodização, Capistrano de Abreu elaborou uma interpretação “material” ou “funcional”, baseado no “quadro das funções”, de Emilio Littré, com sua respectiva caracterização.

a. funções industriais: marcadas pela ausência de produtores e consumidores, por sua vez causada pela política comercial metropolitana, pela falta da divisão de trabalho e escassez ou ausência de mercado interno⁹ ¹⁰.

b. funções morais: opressão da moral pública, conflito entre a corrupção pública e a moral privada (que atribui a Portugal), ausência de sentimentos coletivos e pobreza religiosa, com as classes inferiores fetichistas e as superiores com uma religiosidade convencional.

c. funções estéticas: ausência de sentimentos homogêneos, inviáveis numa sociedade nova. Em consequência, a arte não poderia ser nacional, “expressão consciente do povo”, gerando o divórcio entre a poesia popular, autêntica e coletiva e a obra individual, pretensiosa e sem fundamento social¹⁰ *.

d. funções científicas: pouca acumulação de riqueza e dificuldade para a dedicação ao estudo, escassa instrução, falta de liberdade para o ensino, preocupação com a aplicação imediata e não com a abstração, interesse pelas realizações concretas da engenharia, advocacia e medicina, redução do saber à bibliografia¹¹.

⁸ *Idem*, p. 142.

⁹ *Idem*, *O caráter nacional e as origens do povo brasileiro*, in *Ensaios e Estudos*, (4/série), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, p. 19.

¹⁰ *Idem*, p. 21.

¹¹ *Idem*, p. 23.

e. funções governamentais: hipertrofia do estado sobre a sociedade, com o governo como entidade “que só de si dependia” e as leis com caráter irrevogável; sociedade disseminada e servil, de comunicações difíceis e contatos raros, gerando desconfiança e insociabilidade¹².

Tratava-se, portanto, de uma pesada herança colonial, da qual o país independente não conseguiu, após sessenta anos, libertar-se.

Quais seriam, na lógica científicista de Capistrano de Abreu, as causas desta letargia histórica?

3. Carácter nacional Brasileiro: natureza e raça

O tema do “carácter nacional”, originado no romantismo, estendeu-se e ganhou contornos e pretensões científicas na segunda metade do século XIX¹³. O cientificismo, nas suas variadas acepções, apropriou-se dele para fazer afirmações positivas ou negativas sobre as características e a “essência” dos povos europeus, com uma pouco velada influência do nacionalismo exacerbado da época sobre as “verdades científicas” de filósofos, cientistas e críticos literários.

Transposto para o plano dos países “atrasados” - colónias africanas e asiáticas e nações latino-americanas - gerou farta literatura apologética ou crítica no século XIX, bem como estudos acadêmicos que, em geral, procuraram associar a questão às vicissitudes do colonialismo europeu¹⁴.

¹²*Ibidem*.

¹³ H.C J. Duijker e N.H. Frijda, *National character and national stéréotypés*, Amsterdã, HHP, 1960, p. 54 e Margareth Mead e Rhoda Métraux (ed), *The study of culture*, Chicago, UCP, 1953, pp. 10-11. Para o estudo da questão no Brasil, sobretudo na quadra científicista, a referência básica, apesar dos frequentes esquematismos, é Dante Moreira Leite, *O carácter nacional brasileiro*, São Paulo, 1983, pp. 191 segs.

¹⁴ Como, por exemplo, o próprio Dante Moreira Leite, destacando o perfil pessimista traçado por Silvio Romero para o “homem brasileiro” (*ob. cit.*, pp. 207 segs) e Nelson Wemeck Sodré, *A ideologia do colonialismo*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1961, *pas sim*.

No caso brasileiro, não seria diferente. No último terço do século XIX, pelo menos quatro autores, todos influenciados, em grau diverso, pelo cientificismo, dele trataram: Tobias Barreto, Silvio Romero, Euclides da Cunha e Capistrano de Abreu.

Para Capistrano de Abreu, o “caráter nacional brasileiro”, isto é, o conjunto de características que definiriam os traços fundamentais do homem brasileiro do século XIX, enraizava-se no passado colonial. Ao longo de quatro séculos de desenvolvimento histórico, foi sendo forjado um “tipo brasileiro” distinto de outros “tipos nacionais” e daqueles que lhe deram origem.

Esse “caráter nacional brasileiro”, dizia Capistrano de Abreu em 1876, influenciado por Buckle e Taine, forjava-se, de modo significativo mas não exclusivo, pela ação da natureza e da raça através da “aglomeração de populações distintas”¹⁵. A sociedade colonial assim formada reagia, por sua vez, contra aqueles condicionamentos, tornando-se, no Brasil, o principal modelador do “caráter nacional”¹⁶.

Tal afirmação de Capistrano de Abreu deve ser entendida no contexto de sua polêmica com Silvio Romero sobre o assunto. Para este autor, as características negativas do caráter nacional brasileiro e as razões do atraso do país deveriam também ser buscadas na natureza e na raça, particularmente devido à massa da população africana, cujo estágio primitivo de desenvolvimento teria sido o principal fator do problema¹⁷.

Capistrano, ao contrário, entendia que a sociedade colonial, esmagada pela rarefação, pelas dificuldades de comunicação, pelo transplante precário das instituições portuguesas, ou seja, por uma combinação de fatores naturais e sociais, tornara-se atrofiada, incapaz de ação social vigorosa¹⁸. As “raças” eram fenômeno a considerar, mas sem dúvida,

¹⁵ J. Capistrano de Abreu, *O caráter...*, pp. 3-4.

¹⁶ *Idem*, p. 5.

¹⁷ “O que quer que notardes de diverso entre o brasileiro e o seu ascendente europeu atribuí-o em sua máxima parte ao preto” (Silvio Romero), *ob. cit.*, p. 12.

¹⁸ *Idem*, p. 18.

secundário. Ou, como argumentou, ainda em jargão positivista/evolucionista:

“Porque a natureza não deixava de desenvolverem-se as funções, porque a ataraxia das funções trouxe a atrofia do organismo - é fácil demonstrar. O que é difícil é explicar estes fatos pelo cruzamento com o preto”¹⁹.

Quanto à questão (neste aspecto, para Capistrano, menor) da formação étnica o autor concorda com Romero²⁰ e com Martius²¹ sobre o caráter eminentemente mestiço da população. Discordava, por exemplo, de Pereira Barreto, quando o positivista paulista afirmava que “por fatalidade biológica e determinismo sociológico” temos sido, somos e seremos portugueses²².

Para Capistrano, havia em relação à questão, várias posições: a dos que admitiam a mestiçagem, atribuindo maior peso à presença do negro, como Silvio Romero²³ ou ao índio, como os românticos; a dos que admitiam a mestiçagem, considerando haver equilíbrio entre os três aportes conforme a época e a região (ele próprio, Martius); e aquela de Pereira Barreto e dos lusófilos em geral, afirmando a absoluta preponderância portuguesa.

De qualquer modo, para Capistrano de Abreu o “caráter nacional brasileiro” deixava a desejar pela “indolência” e pela escassa ação social da população, explicada preponderantemente por aqueles fatores²⁴.

¹⁹ *Idem*, p. 7.

²⁰ *Idem*, p. 18.

²¹ *Idem*, *O descobrimento do Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, p. 80.

²² *Idem*, *Ensaios e estudos* (4.^a série), p. 223. Tratava-se de uma crítica ao livro *Soluções positivas da política brasileira*, publicado pelo positivista paulista em 1879.

²³ *Ibidem*.

²⁴ *Idem*, pp. 23-24. Quanto à caracterização, concordava com a de Silvio Romero, para quem o brasileiro seria “apático, sem iniciativa, desanimado e irritável” (Amo Wehling, *Silvio Romero e a consciência modernizadora no Brasil*, São Paulo, USP, 1979, tese de livre-docência).

Apontava, entretanto, como exemplo da capacidade de reação da sociedade sobre o meio e as próprias condições sociais hostis a ação, ainda na colônia, dos jesuítas, com seus colégios, criação de gado e ofícios, dos paulistas, pressionados pelo isolamento e dos pernambucanos, desafiados pelos invasores²⁵.

4. A Sociedade e o Estado

Aplicando à história social e política do Brasil a dinâmica dos órgãos e funções, Capistrano havia admitido a existência de um ou poucos órgãos hipertrofiados, exercendo múltiplas funções, particularmente na época colonial e, no século XIX, nos sertões²⁶. Sob este aspecto, comparou o desenvolvimento do Brasil com o da Rússia, pois a despeito das diferenças de raças e clima, haveria uma grande semelhança devido ao fato de um só órgão - o estado czarista - executar diferentes funções²⁷.

A “civilização brasileira” constituiu-se ao longo de três séculos, mas o fez de modo atrofiado, com transformações sociais lentas que nenhuma revolução poderia acelerar, pela falta de amadurecimento da sociedade. Consequentemente, ao contrário da Europa, onde o progresso se fazia da sociedade para o estado, no Brasil ele ocorria “do governo para o povo”²⁸.

“Ao mesmo tempo duas tendências diversas elaboram a sociedade: integração e diferenciação; diferenciação do sistema que herdamos, integração e adaptação ao sistema que se forma. Forças correlativas e complementares, não se desenvolvem com a mesma intensidade, nem

²⁵ *Idem, Ensaios e estudos* (4.ª série), p. 61. Trata-se de um artigo sobre *A literatura brasileira*, publicado em 1886.

²⁶ *Idem, A literatura...*, p. 68.

²⁷ *Idem, Ensaios e estudos* (4.ª série), p. 224. Trata-se do artigo de 1880, em que comenta o livro de Pereira Barreto.

²⁸ *Idem, A literatura.....*, pp. 52-53.

na mesma proporção: como sempre, à decomposição precede o movimento orgânico. Assim, ao passo que temos instituições como as da Europa, as funções estão alteradas, a plenitude vital mutilada, a significação é diferente. No *strugglefor life*, perderam-se ao mesmo tempo, que ganharam novas propriedades. Daí este estado de fermentação, de empirismo, de aprendizagem.

(...) Tivemos uma constituição, sistema representativo etc., antes dos costumes que os explicam e exigem. Foi um bem, se encarmos quantas revoluções foram evitadas; mas é preciso confessar que a administração degenerou e não podia deixar de degenerar. Não só a moralidade pública é inferior à moralidade doméstica; não só se desconhece a verdadeira natureza do governo, de sorte que os que estão *de cima* consideram o estado como sua propriedade e os que estão *debaixo* julgam boas todas as armas e manejos de guerra; como que se vai desenvolvendo uma tendência para o patriarcalismo”²⁹.

Capistrano de Abreu não estudou sistematicamente, nesta fase, a sociedade e o estado. Fez, entretanto, incursões setoriais significativas pelo que revelam de compreensão da vida colonial, quer como *insights*, quer como aplicação do modelo conceitual científico, mas, nos dois casos, já preocupado em fundamentar documentadamente suas afirmações.

Considerou a escassez de mulheres, típica das colonizações feitas pelo mar, destacando o seu papel sobre “a família e a moralidade”³⁰, em particular a segregação das mulheres, o concubinato e a falta de amor nas relações familiares³¹, temas que permaneceriam sem tratamento metodológico específico até a obra de Gilberto Freire.

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ *Idem, Ensaios e estudos* (4.ª série), p. 295. Baseava-se no historiador alemão Curtius, cuja obra sobre a história grega era francamente explicada pelos fatores geográficos, (E. Fueter, *Historia de la historiografia moderna*, Buenos Aires, Nova, 1950, vol II, pp. 172-173). Capistrano sustentava neste artigo de jornal, em 1881, a importância e a precocidade da mestiçagem no Brasil.

³¹ *Idem, Ensaios e estudos* (4.ª série), pp. 299-300. Texto também de 1881.

Aplicando a tipologia de sociedades militares e industriais, de Spencer, à estrutura familiar, procurou demonstrar a diferença entre a família do litoral, que seria “mais livre e harmónica” - isto é, típica de uma sociedade “adiantada” ou “industrial”, ou encaminhado-se para isto - e a família do sertão, submetida à tirania patriarcal³². Significativamente, este tipo de generalização sem evidência documental desaparece na obra posterior do autor. A conclusão dos *Capítulos de História Colonial*, pouco mais de vinte anos depois, apontou para uma só caracterização da família colonial, neste aspecto³³.

A influência da antropologia e da etnografia cientificista refletiu-se em outro aspecto da interpretação social de Capistrano: a valorização da cultura popular. Em lugar da distância “savante” de Varnhagen, encontra-se em Capistrano uma autêntica empatia com o que denominava - como Silvio Romero - de manifestações espontâneas do povo, representada pelos cantos populares e pelas festas³⁴. Sobre estas, estendeu-se em várias considerações, destacando sua múltipla natureza na sociedade colonial: religiosas, de homenagem à família real, pela chegada de governadores e bispos, particulares³⁵.

De modo percuciente, procurou identificar as causas desta frequência, concluindo que se deviam à ausência de vida familiar (por sua vez provocada pela segregação dos sexos antes do casamento e a redução deste a “simples função fisiológica”), à “falta de aspirações e ambições,

³² *Idem*, p. 302.

³³ Na conhecida fórmula: “pai soturno, mulher submissa, filhos aterrados”. J. Capistrano de Abreu, *Capítulos de história colonial*, Rio de Janeiro, Briguiet, 1954, p. 303; Arno Wehling e Maria José Wehling, *Formação do Brasil Colonial*, Rio de Janeiro (2.ª edição), 1999, pp. 398-400.

³⁴ Há uma verdadeira “ida ao povo” na década de 1870. Armados com a etnografia cientificista, estes autores fizeram importante trabalho de levantamento da poesia popular, recuperando traços sociais e mentais cujos riscos de diluição ou alteração eram, para eles, evidentes, Silvio Romero, *Estudos sobre a poesia popular brasileira*, Petrópolis, Vozes, 1977; J. Capistrano de Abreu, *A literatura...* p. 40.

³⁵ *Idem*, *Ensaios e estudos* (4.ª série), p. 293 (texto de 1881).

em um país que não tinha vida própria”, ao “ego-altruísmo” (Spencer) ou “pabulice” como chamavam os “nortistas” e à variedade de raças, que não permitiam o estabelecimento de relações sociais em bom “nível moral”³⁶.

Tais interpretações, que representam muito mais a projeção de leituras inteligentemente adaptadas às circunstâncias brasileiras do que efetiva pesquisa sobre a realidade do país, não deixavam, entretanto, de significar um importante *turning point* em relação ao que se fizera até então em matéria de história “da civilização” no Brasil.

A interpretação do estado também sofreu óbvia influência comteana e spenceriana, particularmente esta. Referindo-se à expansão territorial do século XVI, encontrava dois impulsos, o estatal, representado pela ação da burocracia real e o privado, representado pelos donatários³⁷.

A sedimentação da conquista e da colonização teria delineado, em seguida, dois perfis básicos de capitânicas (mais uma vez aplicou, literalmente, Spencer), as *militares* e as *espontâneas* ou *industriais*. Nas primeiras, o predomínio da necessidade de lutar - no século XVIII, referia-se às que eram limítrofes com a colonização espanhola e francesa - fez com que a colonização começasse pela fronteira, subordinando, assim, os interesses sociais e económicos aos da defesa³⁸. Já as capitânicas *espontâneas* ou *industriais* foram aquelas em que o desenvolvimento material sobrepujou a necessidade de defesa. Por conseguinte, eram as mais “modernas” e “progressistas” e com esta característica chegaram à independência³⁹.

³⁶ *Idem*, p. 300.

³⁷ *Idem*, p. 312.

³⁸ *Idem*, p. 314.

³⁹ *Ibidem*. Por esta época a interpretação positivista da História do Brasil que começava a ser esboçada utilizava o mesmo esquema interpretativo de origem spenceriana, mas adotado pelos comtistas. Raimundo Teixeira Mendes, *Ainda o militarismo e a política moderna*, Rio de Janeiro, Apostolado Positivista, 1908, pp. 5-6; *A atitude dos positivistas ante a retrogradação militarista*, Rio de Janeiro, Apostolado Positivista, 1910, p. 4.

O Brasil no século XVI

O interesse de Capistrano de Abreu pelo século XVI revelou-se não apenas na tese de 1883, mas em diversos trabalhos jornalísticos e outros textos das décadas de 1870 e 1880. Desta forma, traçou-se o autor uma interpretação deste período a partir das visões positivas sobre a terra, predominante nos primeiros cronistas e exploradores e também das negativas, que associou aos jesuítas, com a descrição dos riscos e perigos da ação catequética⁴⁰, e dos caracteres “melancólicos e preguiçosos” da terra (citava, nesta questão, Anchieta).

A explicação para a “melancolia e preguiça”, definições que tão bem se coadunavam com a perspectiva positivista ou evolucionista, Capistrano foi buscar nos cronistas, justapondo comentários do próprio Anchieta e de Frei Vicente do Salvador, para traçar um painel em que o colono aparecia acuado por fatores adversos: clima quente ou frio (no caso de S. Vicente), animais peçonhentos e feras, tempestades no mar e travessia de rios, constante ameaça de corsários e ausência quase completa de melhoramentos (estradas, “indústrias”, pontes). O resultado era esse tipo “melancólico e preguiçoso”, que procurava atenuar seus temores com as festas e cujo fim era

“voltar para o reino, logo que possuam os meios necessários”⁴¹.

Na tese sobre o *Descobrimento do Brasil - seu desenvolvimento no século XVI*, Capistrano de Abreu considerou três formas possíveis de adaptação ao meio do homem português: transformar-se em índio, manter-se branco e transigir com a realidade local. Esta última opção, a mais freqüente, conduziu naturalmente à “mestiçagem física”⁴².

⁴⁰ J. Capistrano de Abreu, *Literatura Brasileira*, in *Ensaio e estudos* (4.^a série), *ob. cit.*, p. 60.

⁴¹ *Ibidem*.

⁴² *Idem*, *O descobrimento...* p. 54.

Destacando a importância da presença francesa nas primeiras décadas do século XVI e as dificuldades que tiveram os portugueses para impor seu domínio sobre a terra, o autor indagou-se sobre os meios a que estes recorreram para consegui-lo. Identificou a ação das expedições guarda-costas, as negociações diplomáticas e o povoamento, no que apenas prosseguia, aprofundando o terceiro aspecto, a interpretação de Varnhagen⁴³.

Mais do que o litoral, entretanto, que via como basicamente controlado pelo estado para fins de defesa, destacou, já para o século XVI, a importância do sertão. Sua penetração, feita pelos rios e tomando como balizas as montanhas⁴⁴, teve como eixos o Tietê, ao sul, e o São Francisco, ao norte: traçavam-se, assim, os rumos do povoamento colonial na região entre Pernambuco e São Vicente. Este mesmo esquema seria mais tarde desenvolvido no estudo sobre *Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*⁴⁵.

No último capítulo da tese, o autor procurou demonstrar que, no século XVI, a população existente era um produto de quatro fatores:

“a sociedade portuguesa, mais o elemento tupi e o africano, mais a ação mesológica. Qualquer função social comparada com a função que lhe correspondia na sociedade metropololítana, apresentava desde logo divergências que saltavam à vista”⁴⁶.

Tal fato significava dizer que, no caso da família, predominam as “relações irregulares”, dada a escassez de mulheres brancas; a religião

⁴³ *Idem*, pp. 56-57.

⁴⁴ *Idem*, p. 69. Capistrano de Abreu foi o primeiro historiador a estudar sistematicamente este aspecto, influenciado pelas leituras geográficas. Desenvolveria o assunto mais tarde no clássico *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, tendo sido depois continuado por Francisco José de Oliveira Viana na década de 1920, com *Populações Meridionais do Brasil e Evolução do Povo Brasileiro*.

⁴⁵ *Idem*, *Caminhos antigos epovoamento do Brasil*, Rio de Janeiro, Briguiet, 1960, p. 70 segs.

⁴⁶ *Idem*, *O descobrimento...*, p. 84.

Amo Wehling

“sofreu um desvio”, com a atrofia da parte dogmática e o crescimento dos aspectos exteriores - jejuns, novenas, festas, confissões e penitências; a indústria limitava-se à extração e à produção de açúcar; as profissões eram pouco especializadas; os transportes eram limitados; o governo misturava funções “militares” com “industriais”; a literatura limitava-se aos autos sacros e comédias dos jesuítas⁴⁷.

Em todos estes aspectos, porém, o autor, à Spencer, notava uma evolução, que consistia em efetivo progresso: tendência à estabilização das relações familiares, moralização do clero, consolidação económica, diversificação da mão de obra, aumento do número de caminhos, concentração do governo em atividades “militares” e eliminação crescente do elemento religioso na literatura⁴⁸.

A Literatura Brasileira

Embora ao longo das décadas de 1870 e 1880 Capistrano de Abreu tivesse exercido com freqüência a crítica literária, seu texto teórico básico sobre o tema continuou sendo *A literatura brasileira contemporânea*, de 1874.

Se a inspiração do autor era um misto de positivismo e evolucionismo, com influências adicionais de Darwin e Bernard; se a explicação climática devia-se a Buckle; a interpretação literária era uma aplicação das idéias de Taine, conforme expostas na *Filosofia da Arte*, cuja célebre fórmula do meio, raça e momento histórico corria mundo na ocasião.

Capistrano de Abreu percebeu duas literaturas justapostas na colônia: a literatura do barroco ou a “literatura esotérica dos dois primeiros séculos” e a literatura popular, que se desenvolvia espontaneamente e

⁴⁷ *Idem*, pp. 84-86.

⁴⁸ *Ibidem*.

que se refletiu em parte, segundo o autor, na obra de Gregorio de Matos Guerra e também nos contos populares⁴⁹.

A dicotomia correspondeu, no plano literário, à concepção histórica do autor, em que existiam aquelas duas histórias, a exterior, política, “oficial” e a íntima, social e mental⁵⁰.

Expressão da sociedade, segundo o axioma do autor, aplicando Taine, a literatura brasileira produziu-se sucessivamente em três centros, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

O predomínio do gongorismo explicava-se pelos condicionamentos do início da colonização: população escassa, comunicações difíceis, compadrio intelectual, pois

“...todos se conheciam, todos tinham as mesmas idéias, um podia rematar o pensamento que outro esboçara. Daí a facilidade de alusões, de subentendidos, de meias palavras; daí a naturalidade de conceitos sutis e alambicados”⁵¹.

Esses traços o autor sublinhou também nas academias setecentistas, nas quais uma escassa confraria de intelectuais que eram senhores de engenhos ou funcionários públicos constituíam diminuta comunidade repleta de auto-referências.

⁴⁹ *Idem, A literatura...*, p. 43. Ou, como diz Silvio Romero, no mesmo diapasão: “Gregorio Guerra é o genuíno iniciador de nossa poesia lírica e de nossa intuição étnica”, Silvio Romero, *História da literatura brasileira*, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1943, vol II, p. 48.

⁵⁰ J. Capistrano de Abreu, *A literatura...*, p. 44.

⁵¹ *Idem*, pp. 44-45, Melhor que os autores, Capistrano via nos *Contos populares* a mais autêntica manifestação deste indianismo. Seus heróis são o “caboclo” e o “marinheiro”, *idem*, p. 45.

O Processo de Independência

Capistrano admitia que desde o início da colonização a diferenciação em relação à metrópole seria inevitável. Os melhores exemplos estariam entre os pernambucanos e os paulistas, os primeiros a forjar realizações que correspondiam à satisfação de interesses e necessidades que freqüentemente não coincidiam com as do estado português⁵².

O distanciamento de objetivos aprofundou-se com o progresso da colonização, explodindo em revoltas de caráter municipal e provocando a solidariedade entre as capitanias⁵³. As minas acentuaram ainda mais esta integração e consciência nacional, fato que se evidenciou na literatura do século XVIII, com a primeira versão do indianismo.

Para Capistrano, a “emoção de inferioridade” que caracterizava o Brasil colonial foi desaparecendo no século XVIII ao se afirmar a nacionalidade, terminando por se transformar numa “emoção de superioridade” em relação a Portugal. Esta explicação, sustenta o autor, deixava clara a maturidade psicológica do povo brasileiro para a independência e reduzia o papel romântico atribuído aos líderes do movimento⁵⁴.

Não deixou de fazer, entretanto, uma interpretação positiva do papel do primeiro imperador, pois sua ação e o significado de sua presença teriam evitado a desagregação do país⁵⁵.

No entanto, dizia Capistrano, rompeu-se uma dependência política apenas. O Brasil estava livre de Portugal (dependência funcional ou política) mas preso à Europa (dependência orgânica ou social). Daí concluir que:

⁵² *Idem, Ensaios e estudos* (4.ª série), p. 285. Escrevia por ocasião das comemorações do 7 de setembro, em 1881.

⁵³ *Ibidem*.

⁵⁴ *Idem, A literatura...*, p. 34.

⁵⁵ *Idem, Ensaios e estudos* (4.ª série), p. 287.

“O movimento emancipador foi político; deste caráter dominam ao mesmo tempo sua força e sua influência”⁵⁶.

As causas do atraso do Brasil

Se a interpretação da história do Brasil de Varnhagen objetivava demonstrar a viabilidade de um estado europeu nos trópicos, a de Capistrano, como a de Silvio Romero, era centrada na pergunta: quais as causas do atraso brasileiro em relação à Europa e aos Estados Unidos?

Baseado em Buckle, Teófilo Braga e Oliveira Martins, o que indica a mesma compreensão cientificista da realidade, Capistrano encontrou duas ordens de explicação.

A primeira, estrutural, em sua análise, porque bio-psicológica, era o caráter do povo português, “versátil, ondeante e até sentimental”⁵⁷. Transplantado para o Brasil e em contato com o novo meio e as novas etnias,

“este caráter deveria expandir-se e exagerar-se, porque assim o exigiam as circunstâncias físicas”⁵⁸.

Comparava-o, mesmo, aos holandeses, repetindo opinião que se vulgarizara no romantismo

“embora considere estéreis e infundadas as divagações e fantasias dos que lastimavam a derrota dos holandeses, não posso negar que, povoado por estes, o Brasil se nos apresenta com um aspecto mui diverso. Uma raça forte, persistente, teria travado mais cedo a luta contra a Natureza e, limitando seu influxo, teria apressado o dia do progresso”⁵⁹.

⁵⁶ *Idem, A literatura...*, p. 34.

⁵⁷ *Idem*, p. 46.

⁵⁸ *Ibidem*.

⁵⁹ *Ibidem*.

Sua explicação não era, porém, apenas mesológica e racial. A segunda ordem de fatores seria histórica: a colonização portuguesa na Ásia e o fluxo de emigração e a ação governamental neste sentido; pouca atenção do estado ao Brasil; emigração para a América de

“judeus, especuladores, sentenciados, de homens enfim guiados pelo interesse ou atraídos pela esperança da impunidade”⁶⁰

luta permanente de facções; e sentimento de inferioridade ante Portugal, que só seria superado no século XVIII⁶¹.

Tais interpretações, evidentemente, punham em relevo a existência de novas indagações feitas ao passado, que a historiografia de matriz varnhageniana não podia, nem pretendia, responder. Se o povo, isto é, a sociedade no sentido cientificista, tornara-se o ator principal da história, é porque o projeto político regressista que inspirara ideologicamente Varnhagen perdera sua razão de ser, esgotando suas virtualidades.

Às “novas classes” - os plutócratas de Joaquim Nabuco, a classe média de Santiago Dantas - interessavam tão pouco as comendas e títulos do regime (que não lhes garantiam o passaporte para o estamento burocrático), como a sua construção ideológica da história. Admitiam - uns mais céticos, como Capistrano de Abreu, outros mais entusiasmados, como Silvio Romero - a proximidade de “novos tempos” com o “progresso”, a imigração, a indústria, a federação e, provavelmente, a república⁶².

Entendiam, por conseguinte, a necessidade de uma concepção sociológica - no sentido original de Comte e Spencer, de uma “física social” - da História do Brasil: eis porque saem de cena ou se conformam a um segundo plano donatários, governadores, batalhas, tratados, substituídos por órgãos, funções, estruturas, relações.

⁶⁰ *Ibidem.*

⁶¹ *Idem*, p. 47.

⁶² Arno Wehling, *Pensamento político e elaboração constitucional - estudos de história das idéias políticas*, Rio de Janeiro, IHGB, 1994, pp. 50 ss.

O “bando de idéias novas” tornou-se, assim, o veículo dos novos grupos sociais que assomavam à cena. Mas seu irrompimento não foi a vigorosa afirmação de novas concepções, pois o cientificismo transplantado para o mundo latino-americano trazia com ele a negação das virtualidades deste mundo, num grau inexistente no historicismo e na matriz vahnageniana.

Por qué?

A interpretação de Capistrano de Abreu sobre o conjunto da História do Brasil, nesta fase de sua trajetória intelectual, é indiscutivelmente pessimista, acompanhando o “transoceanismo” de Tobias Barreto, Silvio Romero, Euclides da Cunha e outros intelectuais cientificistas que, descobrindo o povo brasileiro com as lentes da ciência européia, concluía pela sua inviabilidade histórica, sua inapetência para o progresso. Tais autores, negando as virtualidades do homem brasileiro do romantismo, entregaram-se ao que Dante Moreira Leite denominou de “a ideologia de pessimismo”⁶³.

Somente na obra posterior de Capistrano de Abreu este aspecto se diluiria, o que não ocorreu, aliás, com seus contemporâneos. Entretanto, que motivo poderia explicar a adesão do autor à “ideologia do pessimismo”?

Em primeiro lugar, parece claro que a adesão aos padrões do cientificismo implicava na aceitação da unicidade fundamental de teoria, método e resultados. As conclusões, produto de uma investigação cientificamente conduzida, eram evidentemente verdadeiras e como tal imutáveis.

Em segundo lugar, a premissa cientificista para a interpretação histórica era a de que a interação do meio com o homem produzia a sociedade, em graus diferentes de determinabilidade, conforme a corrente; o “político” e o “cultural” eram, assim, epifenómenos (embora não

⁶³ Dante Moreira Leite, *ob. cit.*, p. 207.

desprezíveis, pois interagiam com os demais, pela lei do “consensus”) de realidades mais profundas. Segue-se que o objeto da história (como da sociologia ou da antropologia) não poderia ser, como no historicismo erudito e romântico, o estado: era, agora, a sociedade, ou o “povo”.

Em terceiro lugar, cada povo ou cada sociedade evoluíram dentro de determinados padrões no sentido do progresso, sempre que as condições determinantes de “meio, raça, momento histórico” fossem favoráveis. Mas existia uma escala na qual, como dizia Tylor, poderiam ser colocados todos os povos, da atualidade ou do passado, do mais primitivo ao mais avançado.

Em quarto lugar, era evidente que, por suas realizações materiais e intelectuais, a força de seu espírito associativo e a ação declinante do estado, os países da Europa ocidental e os Estados Unidos, encontravam-se no ponto alto deste processo.

Segue-se que, se o Brasil ou outros países “atrasados” desejassem alcançar aquele patamar, deveriam conhecer em profundidade as características, as potencialidades e as limitações de seu povo.

Finalmente, fechava-se o círculo que delimitava a ação e as aspirações destes intelectuais: armados com a ciência científicista, produto de uma sociedade industrial que se tomava cada vez mais imperialista e colonialista nas décadas finais do século XIX, acabavam por sancionar teoricamente o statu quo colonial, considerando dificilmente realizável o programa modernizador, com as limitações mesológicas e raciais que descobriam - ou reproduziam - nos autores científicistas. A associação entre a ciência e os interesses da expansão colonial foram apontados na própria época, mas esta relação permaneceu insuspeitada mesmo nos autores que, como Capistrano, deblateravam contra o “transoceanismo” das idéias.

A obra posterior de Capistrano de Abreu somente não ficou irremediavelmente datada, como a de Silvio Romero ou Euclides da Cunha, por exemplo, porque conseguiu libertar-se de grande parte do fardo

cientificista, para produzir estudos como os *Capítulos de Historia Colonial* e os Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil, cuja fundamentação e interpretação transcenderam os limites do determinismo que o seduziria na juventude.

Algumas observações conclusivas

Os desdobramentos epistemológicos, metodológicos e sócio-políticos do cientificismo apontam para a definição de uma concepção monolítica de ciência, radicalizada - e freqüentemente empobrecida - a partir de extrapolações do pensamento de Newton e dos procedimentos metodológicos indutivos. Esta concepção, transformada não apenas em padrão de cientificidade mas da mais ampla Weltanschauung, teve reflexos político-ideológicos que se evidenciaram nas várias tentativas “cientocráticas” de legitimar o “uso científico” do poder político. À historiografia, como às demais ciências sociais, muitas vezes coube este papel legitimador e sancionador da ordem política vigente ou desejada, em nome da “objetividade” ou da “positividade” dos “fatos científicos”.

As influências ideológicas na obra inicial de Capistrano de Abreu evidenciam vários elementos simultâneos: o realismo literário, no plano estético; o deslumbramento pelas realizações materiais do capitalismo industrial, no plano econômico; o liberalismo spenceriano e a adesão à ideologia do progresso, no plano de pensamento político. Não aderiu, entretanto, a uma determinada visão doutrinária: a crítica de Valentim Magalhães, acusando-o da prática da “poliandria das idéias” poderia ter sido antecipada de dez anos, pois Capistrano de Abreu, nesta fase, foi antes de tudo um *cientificista*, combinando de forma heterodoxa as teses de Comte, Buckle, Taine, Spencer, Bernard e Darwin. Não podemos concordar, portanto, com as teses que o associam a uma determinada ortodoxia, como o positivismo ou o spencerismo.

Nesta fase cientificista identificou um *problema* - o atraso histórico brasileiro - e procurou, a partir da concepção indutivista de ciência, estudar a formação social brasileira para dela extrair as “leis basilares” do desenvolvimento do país: conhecido o processo, interferir-se-ia nele para conduzir o Brasil ao progresso.

Ao longo de dez anos, Capistrano de Abreu transitou deste cientificismo ingênuo para posições cada vez mais céticas, no plano das concepções gerais da história e cada vez mais presas às evidências hauridas nos documentos, no plano do trabalho intelectual. Por fim, chega ao primado do objeto sobre a lei, da ciência (possível à época e nas suas condições) sobre o cientificismo.

Em sua fase inicial, Capistrano de Abreu trabalhou com categorias e pressupostos rigorosamente cientificistas, como a concepção da unidade do real, o crescente domínio do observador sobre o objeto, a semelhança epistemológica das abordagens, o determinismo metodológico, a indução e a busca de leis. A realidade documental conformava-se aos pressupostos cientificistas.

Mesmo nesta fase, porém, Capistrano de Abreu, ao contrário de outros intelectuais cientificistas, como Silvio Romero e Euclides da Cunha, não aderiu a explicações que sufocavam integralmente o objeto, pelo simples fato de cotejar teses concorrentes de positivistas, darwinistas e spencerianos.

Seu crescente interesse documental completaria o quadro de ruptura com o cientificismo, fazendo de sua obra, se comparada à de seus contemporâneos, a menos datada historicamente.

As interpretações de Capistrano de Abreu, nesta fase, revelam uma preocupação evidente com a dinâmica das relações sociais e o processo de constituição física e psicológica do “povo brasileiro” e do “caráter nacional brasileiro” num esforço pela identidade que associamos à emergência de novos grupos sociais na sociedade brasileira, aos quais as preocupações do projeto político regressista de uma geração atrás pouco ou nada diziam.